

"Os paradoxos do gozo – a economia do masoquismo como um problema para a ética da psicanálise"

Iaci Torres Pádua

Membro da Práxis Lacaniana/Formação em Escola

VIII Congresso Internacional de Convergência, Movimento Lacaniano para uma Psicanálise Freudiana

Barcelona - maio de 2023

Início o trabalho com uma afirmação e uma interrogação. O universo da falta pode não ser olhado pelo viés da morbidez. Será que tem algo disso no que Freud fala do giro a respeito do supereu em "O Humor", texto de 1927?

Abordo essa questão situando o desenvolvimento da neurose, no ponto do destrutivo da pulsão de morte, que pode introduzir o sujeito em seu mais primitivo masoquismo.

A dimensão ética da psicanálise promete colocar o sujeito, nesse caminho, à espreita de algo que pode se apresentar como um impasse, um dilaceramento. E que, forçosamente, não devemos desviar os olhos, mas olhar para vermos o que produzimos ali, nesse campo, onde Sade nos dá a direção, que é o campo do próximo.

O que podem nos apresentar Sade, Kant e alguns neuróticos, como Emmy Von N., neste preciso ponto, em que Lacan insiste para direcionarmos nosso olhar? Ali, onde podemos nos deparar com muitas coisas, tais como: estrondos; estalidos; máximas evocadas diante da plasticidade de um quadro de uma cena vivida no cotidiano; a repetição na pulsão de morte e outras tantas coisas mais, podemos dizer sobre elas que nada mais são do que imperativos morais.

Que diferença se pode apresentar para o sujeito na passagem da pulsão do masoquismo primário, se a pulsão de morte se desdobra e se reapresenta pulsão como tal, distinguindo-se da tendência, ao entrar em sua gramática?

Quando Lacan fala que não se supera Descartes, Kant, Marx, Hegel, assim como não se supera Freud, ele nos remete a certas obras. Obras essas que marcaram, na direção de uma pesquisa, uma verdadeira orientação, onde há uma tentativa de articulação do fundamento de uma experiência, onde nos movemos no seu interior, movemo-nos, ali, no texto.

É certo que eles não disseram tudo, mas o que disseram situa um certo ponto no caminho do que na história é datável.

Marx, sem superar Hegel, distingue-se dele ao situar a não possibilidade da harmonia entre razão e necessidade. Mas, ainda assim, Marx aspira a um estado em que não será apenas politicamente, mas realmente, que a emancipação humana se produzirá. Contudo, não alcançamos a realização do homem, como supôs Marx.

Freud não é marxista e não o ultrapassa, mas mostra que razão e necessidade são insuficientes para permitirem a apreciação da realização humana no seu campo.

Na estrutura do sujeito da linguagem há arestas: dificuldades na função do desejo. Portanto, para situar as razões das necessidades em jogo, razão e necessidade só num segundo tempo poderão ser apreendidas no campo do inconsciente.

Ernest Jones é quem pôde melhor situar na experiência em análise o neurótico como presa do ódio, da culpa e do temor como álibi moral. Ele nomeou esta situação como complacência da exigência moral em acomodar-se, assujeitando-se ao interdito e escapando da castração.

Emmy von N., não chega a articular seu sentimento de culpa ao nível da pulsão de morte. Por abandonar essa direção, noticia-nos o retorno, em si mesma; ela, a presa de seus próprios cuidados em proteger a herança das filhas: aquela que não se casa para não pôr em risco essa herança “Fica quieta!”, quando chega a hora de passar às filhas o que lhes pertence – a herança do pai.

“Fique quieta!” é um imperativo, uma máxima; e, comandando a máxima, desaparece o sujeito e impera a máxima.

No Seminário 2, *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, e no 7, *A ética da psicanálise*, Lacan, em certo ponto, se volta para o supereu, nascido antes do declínio do Édipo, que Melanie Klein diz ser um supereu advindo em retorsão das pulsões sádicas.

Por que Lacan insiste em lembrar desse “supereu”? O que teria a ver esse ponto em que se assenta a pulsão masoquista primária, o comando dos imperativos de gozo, com esse supereu?

Lacan diz para nos atermos ao supereu edípiano, esse que o sujeito incorpora como instância. Incorporamos o pai como incorporamos a um objeto. Trata-se do luto do Édipo na origem do supereu.

Quando Freud trabalha a fantasia, *Bate-se numa criança*, ele insiste que se trata de que em seus três tempos há transformações devido a algo, tal como a premonição do que são depois os objetivos sexuais normais e finais que governam as tendências libidinais da criança. Uma forma de fantasia primária, que se move pelas verdadeiras pulsões, o sadismo e o masoquismo.

Extraída em 1919 toda a base da fantasia, ele a toma em meninas, Freud encontra-se aí lacaniano em sua exigência lógica ao objeto *a*. E é para considerar com rigor que não se pode chamar o que se faz de psicanálise se não se chega a articular, na experiência do sujeito na análise, essas fantasias.

Lars Von Trier, em *Ninfomaníaca*, mostra em sua genialidade analítica que não é que a mãe da ninfomaníaca seja “insensível e vadia”; é ela a ninfomaníaca que pela instância significativa, quiçá do supereu, se encontra sob a determinação “insensível e vadia”.

Este ponto da experiência do sujeito apresenta-se ligado a diversas obras e em diferentes níveis.

São os imperativos como categóricos, os imperativos de gozo, os paradoxos do gozo e os paradoxos do desejo que amparam como lei significativa ao sujeito em sua culpa, em seu ódio ou em seu temor.

O problema da relação atual de cada homem entre seu nascimento e sua morte com o próprio desejo, no plano universal, não se resolve.

Nessa região-limite, na zona intermediária entre as duas mortes, o sujeito, sozinho e traído, avança pela via derrisória ou trágica. É no drama que Édipo mostra o limite da sua relação com o desejo. É que em toda a experiência humana essa relação com o desejo é sempre repelida para além da morte, para não arriscar a morte.

O pai castrador não é o pai que interdita. O supereu, por sua vez, é uma economia; torna-se tanto mais exigente quanto mais sacrifícios se lhe prestam. Se as vias para o gozo têm, elas mesmas, algo que é a interdição que lhe serve de veículo utilitário, o homem, sem saber o que fazer, cai na rotina de uma satisfação curta e tripudiada.

Dependemos do nó estreito do desejo com a lei.

A castração está no horizonte que jamais se produz em lugar algum. Trata-se de uma virada em que o sujeito se dá conta de que não há pai algum a não ser um pai morto.

A única função do pai é a de ser um mito do Nome do Pai, e da função do significante no acesso do sujeito a sua relação com a morte.

É sempre por meio de um ultrapassamento do limite que o homem faz a experiência de seu desejo. Aqui nada mais há do que o verdadeiro e invisível desaparecimento que é o seu.

Há aí a entrada nessa zona constituída pela renúncia aos bens e ao poder, uma punição que não é uma punição, que é uma topologia, uma topologia trágica.

O começo pela neurose é a interiorização da lei pela instância do supereu, mas o supereu não é a lei, o desejo é a lei. O supereu nada tem a ver com a consciência moral.

É Kant quem coloca o marco topológico que distingue o campo do juízo moral: é preciso que não estejamos de modo algum interessados em nada para que se trate do campo que pode ser valorizado como ético.

Se a moral tradicional se instalava no que se devia fazer na medida do possível é também nela que se deve desmascarar seu ponto pivô, por onde ela se situa, que nada mais é do que o impossível, onde se reconhece a topologia do desejo.

É Kant quem nos dá a transposição, quando situa que o imperativo moral não se preocupa com o que se pode ou o que não se pode.

Este é o próprio testemunho da obrigação pela obrigação, a necessidade de uma razão prática.

Este campo adquire sua importância pelo vazio em que o deixa a definição kantiana e que nós, analistas, reconhecemos esse lugar como ocupado pelo desejo.

É pelo reviramento de nossa experiência que se situa no centro uma medida incomensurável, um desejo que é falta.

Em Kant, nesse ponto crucial, também se vê para onde se abre o horizonte da razão prática: para o respeito e a admiração que lhe inspira o céu estrelado acima de nós e a lei moral dentro de nós.

Esse respeito e admiração pelos céus estrelados já eram frágeis. Vemos em que caímos no capitalismo de tanto brilho.

Mas, então, o que significa que subsistam ainda em Kant? É que podemos ir lá olhar se não há ninguém para constituir uma presença. Não há outro sentido articulável a essa presença divina, senão o sentido que nos sirva de critério do sujeito à dimensão significante.

Nos filósofos, esse ser, seus atos e conhecimento se confundem. A tradição religiosa não se engana, é o que se articula numa revelação que tem direito ao reconhecimento de uma ou várias pessoas divinas.

Já para nós analistas, os céus poderiam ser habitados por uma pessoa transcendente, mas que apareça, aí, um sinal, uma mensagem, algo que diga que ocorre uma realidade.

Kant pode reduzir a essência do campo moral à sua pureza, mas em seu ponto central resta que é preciso haver lugar para a contabilização. É isso que significa o horizonte de sua imortalidade da alma.

A topologia do entre duas mortes propõe que a única coisa da qual se possa ser culpado, na perspectiva analítica, é de ter aberto mão de seu desejo. Não há outro bem senão o que pode servir para pagar o preço ao acesso do desejo, se definimos esse desejo como a metonímia do ser do sujeito.

O arroio em que se situa o desejo não é apenas a cadeia significante, mas, sim, o que corre por baixo: o que somos e também o que não somos, nosso ser e nosso não ser.

Na operação religiosa, o que é sacrificado de bem para o desejo é o que é perdido de desejo para o bem. Essa libra de carne é com o que a religião desempenha seu ofício e que se aplica em recuperar.

Nisso se distingue a obra religiosa da catarse de natureza ética que reúne coisas aparentemente alheias uma a outra, a psicanálise e o espetáculo trágico dos gregos.

Catarse no sentido da purificação do desejo. Mas a psicanálise, esse campo que é o nosso, o objeto de uma ciência, é a ciência do desejo.

Em 1927, em seu texto “O Humor”, Freud é levado a supor que um pensamento pré-consciente é entregue, por um momento, à revisão inconsciente. Um chiste é a contribuição feita ao cômico, pelo inconsciente. Exatamente do mesmo modo, o humor seria a contribuição feita ao cômico pela intervenção do supereu.

Conhecemos o supereu como um senhor severo. Podemos dizer que não combina bem com tal caráter o fato de o superego condescender em capacitar o ego a obter uma produção de prazer.

Se ele tenta, através do humor, consolar o ego e protegê-lo do sofrimento, isso não contradiz sua origem no agente paterno.

Freud segue: se realmente é o superego que, no humor, fala essas bondades ao ego intimidado, isso nos ensinará que ainda temos muito a aprender sobre a natureza articulada ao inconsciente.